

PISA: AVALIAÇÃO COMPARADA DA QUALIDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL¹

Vanda Ferreira Vieira

Graduada em Direito pela FACIMP, Advogada especialista em Direito Processual Civil pela UNISUL - Universidade do Sul de Santa Catarina, graduanda em Pedagogia pela UFMA

Email: vanda177@hotmail.com

Raquel de Moraes Azevedo

Professora MSc Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão – UFMA.

Email: rakelmoaz@gmail.com

RESUMO

O objetivo desse trabalho é apresentar o PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes) destacando sua importância na promoção da qualidade do ensino fundamental e os principais resultados obtidos desde o ingresso do Brasil no programa, no período de 2000 a 2012, que servirão de base para futuras discussões sobre avaliação educacional. Iremos discorrer sobre os resultados obtidos até então pelos estudantes brasileiros, que podem servir de caminho para reformulação de políticas educacionais, voltadas para melhoria do ensino fundamental, abordando as diferenças regionais que contribuem para resultados insatisfatórios no programa de avaliação PISA. Abordaremos de que modo esses resultados seriam importantes para orientar as políticas voltadas para a qualidade do ensino fundamental. Teremos como fonte os dados oficiais do MEC, periódicos, livros e artigos que debatem sobre o tema, além de dados obtidos em eventos relacionados à temática.

Palavras-Chaves: PISA. Avaliação Internacional. Qualidade do Ensino Fundamental.

ABSTRACT

The objective of this work is to present the PISA (Program for International Student Assessment) highlighting its importance in promoting the quality of basic education and the main results achieved since the entry of Brazil, in the period from 2000 to 2012, as a basis for future discussions on educational assessment. We will discuss the results obtained so far by Brazilian students, that can serve as a way to recast of educational politics, aimed as improving basic education, addressing regional differences that contribute to unsatisfactory results in the PISA assessment program. We will discuss how these results would be important guide the politics directed to the quality of basic education. We source the official data of the MEC, journals, books and articles that discuss on the topic, in addition to data obtained in events related to the subject.

Keywords: PISA. International Assessment. Quality of elementary school.

1 INTRODUÇÃO

O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) é uma iniciativa de avaliação comparada, aplicada a estudantes na faixa dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países. É desenvolvido e coordenado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em cada país participante há uma coordenação nacional. No Brasil, o Pisa é coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep, cujo objetivo é produzir indicadores que contribuam para a discussão da qualidade da educação nos países participantes, de modo a subsidiar políticas de melhoria do ensino básico.

¹ Trabalho curricular

Diante da necessidade de se compreender de que forma as informações coletadas pelo programa permitem a construção dos indicadores contextuais, cujo desempenho dos participantes, servem de comparação para análise de variáveis social, econômica, educacional e demográfica que em muito podem contribuir para a reformulação dos sistemas de ensino, é que justifica a realização da pesquisa.

Para a construção da pesquisa foi utilizado o método dedutivo, em que o objeto de estudo será analisado do geral para o particular, buscando dar importância ao tema, fundamentado em ampla pesquisa bibliográfica, que consiste na leitura de livros, artigos, periódicos, revistas e outros meios disponíveis (dados fornecidos pelo MEC e pelo INEP). A estrutura do texto é composta de introdução, reflexão acerca da participação do Brasil no PISA, resultados e discussões e considerações finais.

2 QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

A qualidade do ensino no Brasil, tem sido ao longo dos anos, objeto de vários debates, muitas vezes limitados à busca de definição da relação de causa e efeito da má qualidade do ensino. Não é pretensão dessa pesquisa inovar conceitos ou esgotar o assunto, mas entender o que se quer dizer com o termo qualidade de ensino.

Para responder a esta pergunta, é necessário refletir sobre o que diz alguns teóricos sobre o assunto. O documento intitulado “Indicadores da Qualidade na Educação”, divulgado pelo MEC/INEP, considera que o termo qualidade “é um conceito dinâmico reconstruído constantemente [...]” infere-se que tal conceito, está atrelado às constantes mudanças que ocorrem na sociedade.

Comentando sobre a qualidade na educação, Gadotti (2010, p.07), diz que:

Qualidade significa melhorar a vida das pessoas, de todas as pessoas...a educação de qualidade está ligada diretamente ao bem viver de todas as nossas comunidades, a partir da comunidade escolar. A qualidade na educação não pode ser boa se a qualidade do professor, do aluno, da comunidade é ruim. Não podemos separar a qualidade da educação como um todo, como se fosse possível ser de qualidade ao entrar na escola e piorar a qualidade ao sair dela.

A citação acima, traz uma profunda reflexão sobre o termo “qualidade” que não pode ser fracionado, considerando apenas aquilo que o professor domina pedagogicamente dentro de sua esfera de conhecimento, pois de nada adianta conhecer e não ser reconhecido por aquilo que é capaz de fazer.

Talvez por tudo o que já foi lançado até aqui, podemos entender porque os países asiáticos estão apresentando os melhores resultados no PISA, possivelmente devido ao valor atribuído à uma educação humanizada do indivíduo no seu todo e não apenas vislumbrando capacitação para o mercado de trabalho.

3 PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NO PISA

Compreender o funcionamento do sistema de ensino no Brasil, não é tarefa fácil, dado a sua complexidade política que envolve toda a estrutura da educação.

No que se refere ao PISA a periodicidade da avaliação é a cada três anos, abrangendo os conhecimentos e as competências da área de Leitura, Matemática e Ciências, sendo acrescentado no ano de 2015, mais duas áreas do conhecimento: Competência Financeira e Resolução Colaborativa de Problemas. As avaliações educacionais têm sido ao longo dos últimos anos, objetos de análise no cenário nacional e internacional. O Brasil participa do PISA desde a primeira edição, em 2000.

A pergunta que se faz necessária quando se analisa a participação do Brasil no PISA, é se de fato, essa avaliação contribui efetivamente para melhorar o ensino fundamental em nosso país, e se o problema dos resultados bem abaixo do desejado, tem relação com investimentos financeiros na educação básica, na infraestrutura das escolas e na gestão das verbas que financiam a educação. Nessa perspectiva, o objetivo principal do PISA é produzir indicadores que contribuem para avaliação e discussão da qualidade da educação dos países participantes, sendo que os dados, não devem servir apenas para ficar no campo dos debates das mesas redondas, mas, sinalizar aos poderes constituídos e às autoridades competentes que receberam delegação do poder público, que no caso brasileiro é o Ministério da Educação e Cultura, que deve diante dos resultados colhidos, tomar providências enérgicas no sentido de pegar esses dados que não são tão satisfatórios assim, e utiliza-los como trampolim para a reformulação das práticas do ensino fundamental.

Sendo assim, apontar os possíveis caminhos que as políticas públicas educacionais podem seguir, com o intuito de promover e melhorar a qualidade do ensino fundamental é um desafio que perpassa as barreiras econômicas demográficas e sociais, envolve não apenas os poderes constituídos, mas toda a sociedade que deve rever seus conceitos e valores, uma vez que a avaliação do programa visa também, verificar até que ponto as escolas de cada país participante estão preparando seus jovens para exercer o papel

de cidadãos na sociedade contemporânea, além de avaliar a preparação do estudante para a vida adulta.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Analisando os resultados da participação do Brasil desde o ano de 2000, nas disciplinas de leitura, ciências e matemática, essa última teve a melhor evolução, mas, ainda insuficiente para alcançar a média estabelecida pela OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) que é de 494 pontos. Os gráficos a seguir, revelam como se deu a participação dos estudantes brasileiros nos anos de 2000 a 2012 e os resultados obtidos:

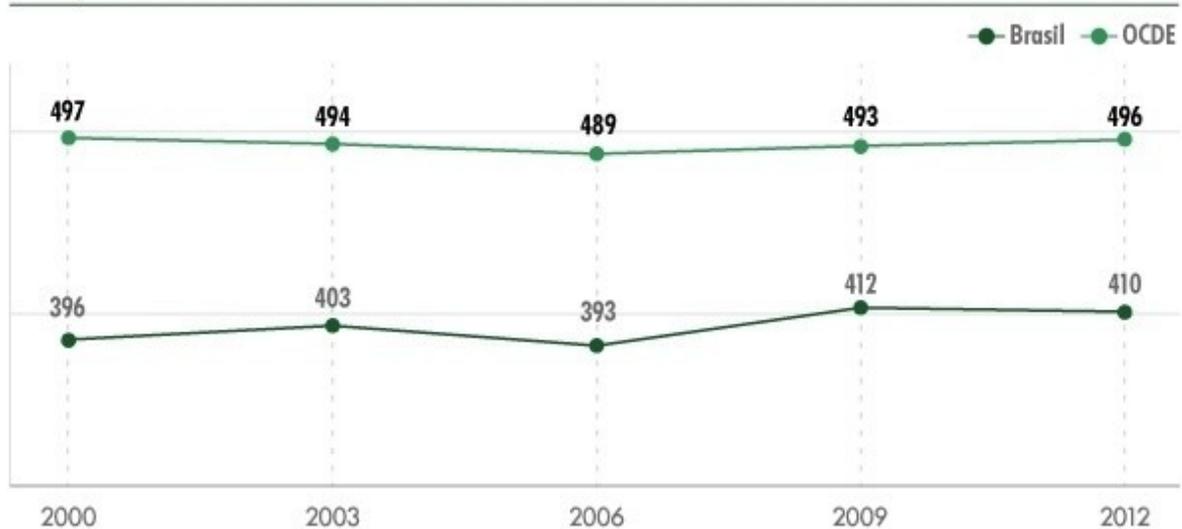
Na disciplina de leitura no ano de 2012 o desempenho dos estudantes brasileiros foi abaixo em relação a 2009. De acordo com dados do PISA, o país somou 410 pontos em leitura, dois a menos do que a sua pontuação na última avaliação e 86 pontos abaixo da média dos países da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento).

Com isso, o país ficou com a 55ª posição do ranking de leitura, abaixo de países como Chile, Uruguai, Romênia e Tailândia. Segundo o relatório da OCDE, parte do mau desempenho do país pode ser explicado pela expansão de alunos de 15 anos na rede em séries defasadas.

Cerca de metade (49,2%) dos alunos brasileiros não alcança o nível 2 de desempenho na avaliação que tem o nível 6 como teto. Isso significa que eles não são capazes de deduzir informações do texto, de estabelecer relações entre diferentes partes do texto e não conseguem compreender nuances da linguagem.

Em ciências, o Brasil obteve o 59º lugar do ranking com 65 países. Apesar de ter mantido a pontuação (405), o país perdeu seis postos desde o 53º lugar em 2009. Nessa disciplina, a média dos países de OCDE foi de 501 pontos.

Evolução das médias em leitura no Pisa

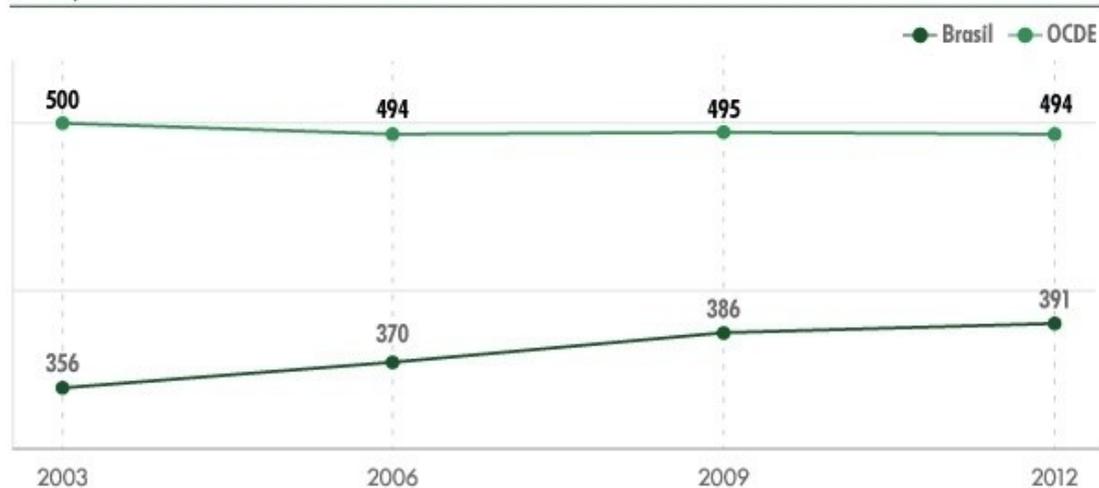


Fonte: Inep

No exame de ciências, 55,3% dos alunos brasileiros alcançaram apenas o nível 1 de conhecimento, ou seja, são capazes de aplicar o que sabem apenas a poucas situações de seu cotidiano e dar explicações científicas que são explícitas em relação às evidências.

Matemática foi a única disciplina em que os brasileiros apresentaram avanço no desempenho, ainda que pequeno. O Brasil saiu de 386 pontos, em 2009, e foi a 391 pontos --a média da OCDE é de 494 pontos. A melhora não foi suficiente para que o país avançasse no ranking e o Brasil caiu para a 58ª posição em matemática.

Evolução das médias em matemática no Pisa



Fonte: Inep

Os dados apontam que, 2 em cada 3 alunos brasileiros de 15 anos não conseguem interpretar situações que exigem apenas deduções diretas da informação dada, não são capazes de entender percentuais, frações ou gráficos.

Segundo o relatório da OCDE dentre algumas explicações para o cenário ainda insatisfatório do país, está o fato do Brasil incluir alunos na rede de ensino, o que altera negativamente os resultados do desempenho dos estudantes. Em 2003, 65% dos jovens de 15 anos estavam na escola. Em 2012, a taxa passou para 78%. Parte desses novos estudantes são de comunidades rurais ou de grupos sociais vulneráveis, o que muda consideravelmente o grupo de alunos que fizeram o exame em 2003 e em 2012, aponta o relatório.

Além disso, o país ainda sofre com um grave problema de defasagem idade-série, isto é, muitos estudantes de 15 anos --que fazem o exame-- não estão na série escolar adequada à sua idade, o que compromete seu desempenho em relação ao de jovens da mesma idade em outros países.

Outro ponto fundamental, que não pode ser deixado de lado, é o baixo investimento na formação e capacitação de professores do ensino fundamental, que vivenciam também um contexto econômico, social e político completamente desfavorável e que não lhe permite realizar feitos extraordinários dentro da sala de aula, dado às péssimas condições em que a educação pública se apresenta em nosso país.

As diferenças regionais, também contribuem para um resultado insatisfatório, visto que os municípios tem autonomia para criar os planos municipais de educação, levando-se em consideração a realidade fática e social de cada comunidade, podemos deduzir então que a participação de um aluno no último ano do ensino fundamental que estuda no Estado do Amazonas, não é a mesma de um aluno que estudo na região sul e sudeste do país. Portanto, essas discrepâncias tem influenciado muito nos baixos resultados obtidos na avaliação do PISA.

Mediante tal cenário podemos inferir que os dados podem em muito contribuir para a formulação de políticas educacionais voltadas para maximizar o nível da qualidade do ensino fundamental, focando no raciocínio lógico matemático, de português e ciências da natureza, dando ênfase no ensino da interpretação de textos, de resolução de problemas e compreensão do cotidiano, com investimentos em pesquisas na qual o aluno de forma prática, possa ter contato com a realidade das disciplinas. A forma como isso será elaborado, deverá passar por equipe multidisciplinar que em cada ramo do conhecimento, irá elaborar metodologias de ensino mesclando a teoria com a prática do ensino, levando o aluno a ter um

contato mais de perto com o conhecimento por meio da pesquisa, tornando-o crítico em todos os sentidos e capaz de avaliar situações que exijam deduções e interpretações de contextos diversos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as diversas variáveis que envolvem o PISA, em especial os resultados obtidos pelo Brasil, que poderiam em tese ser bem melhores, concluímos que é fruto de décadas de ensino, que coloca o aluno na condição de reprodutor do conhecimento, quando em sala de aula deveria o ensino ser focado na capacidade que cada um possui de refletir e questionar.

É de suma importância avaliar esses resultados como vetores para orientação da modificação ou reformulação do currículo escolar, levando-se em consideração que a escola deve ser um espaço de construção de conhecimentos, mas acima de tudo de formação do cidadão que saiba pensar, refletir e intervir na realidade, transformando-a.

Para tanto, o professor precisa ter uma formação adequada, de tal modo que em sala de aula, seja como uma bússola que orienta os caminhos dos alunos para construir conhecimentos e ressignificar os vários contextos do cotidiano escolar, *pois* somente com novas atitudes, é que o aluno ao se deparar com problemas de várias naturezas irá ser capaz de fazer deduções e interpretações, que somente um ensino de qualidade poderá lhe abrir a mente e descortinar a consciência crítica de um cidadão.

REFERENCIAS

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 26 Agosto. 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GADOTTI, Moacir. **A educação contra a educação**: o esquecimento da educação e a educação permanente. Prefácio de Paulo Freire. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

INEP. Programa Internacional de avaliação de Estudantes. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/pisa-programa-internacional-de-avaliacao-de-alunos>. Acesso em 28 de Setembro 2016.

Os indicadores de educação no Brasil. Disponível em:
<http://www.cartacapital.com.br/politica/os-indicadores-de-educacao-no-brasil-6507.html>.
Acesso em 28 de Setembro 2016.

SAUL, Ana Maria Avela. Avaliação educacional. Disponível em:
http://www.crmariocovas.sp.gov.br/int_a.php?t=019. Acesso em 28 de Setembro 2016.